

Na apresentação mostrou que tinha uma grande quantidade de lançamentos de esgoto que eram jogados no rio o que ocasiona uma má qualidade das águas. As grandes vazões de lançamento de esgotos provocaram o desbarrancamento ao longo do rio e em muitos locais ocasionou a criação de erosões. Naquele período, em 2003, comentou que foi coletado amostras do rio, para verificar o nível de segmento de esgoto, também o conhecimento das cargas de vazões no rio. Disse que foi feito uma análise de DBO e DQO ao longo do rio, com a carga bruta de lançamentos de esgoto, onde foi verificado a queda da qualidade das águas. Os problemas das espumas, informou que a Caesb está controlando com alguma substância colocada no rio. Gostaria de saber com a Caesb, quais produtos estão sendo colocados no rio para conter essa espuma porque é uma água que está sendo utilizada pela comunidade. Citou outros problemas como o esgoto clandestino nas águas pluviais e a carga das águas pluviais à medida que vai reduzindo os lançamentos. Explicou que qualquer programa de monitoramento incide sobre a qualidade da água em função das necessidades dos usuários onde precisa verificar os padrões de qualidade da água, o comportamento da qualidade das águas devido aos processos naturais, capacidade de assimilação sem atingir níveis críticos, saber se os próprios lançamentos estão dentro dos padrões, adequação e efetividade das estratégias de controle, tendências de alterações ao longo do tempo, seleção de medidas a serem adotadas, o problema de saúde da população e por fim efeitos de deterioração na ecologia nos corpos d'água. Informou que o programa de monitoramento em outras localidades obedece a uma certa sequência como planejamento, confecção de projeto, coleta de dados, gerenciamento dos dados, a compreensão e interpretação dos dados, divulgação dos dados e em função do resultado verificasse se o monitoramento está sendo eficaz ou não. Destacou a importância da divulgação dos dados e dos resultados para verificar se a informação está sendo satisfatória. Sobre o rio Melchior, comentou que o problema é saber onde monitorar, como fazer a coleta de amostra e a frequência dos monitoramentos. Sobre a discussão do enquadramento na câmara técnica, lembrou que deveria ter analisado melhor a proposta de classificação do rio Melchior. O Presidente parabenizou as apresentações e abriu a palavra aos demais conselheiros. A conselheira Maria/Fórum da Ongs parabenizou aos trabalhos realizados e disse que é muito importante lembrar os processos e as pesquisas que existem. Perguntou ao conselheiro Sérgio se tem alguma novidade com relação a novas tecnologias para monitoramento da qualidade de água e também se poderia disponibilizar as informações desse monitoramento de uma forma mais popular. O conselheiro Sérgio/UnB respondeu que esse processo de pesquisa precisa de recurso o que a universidade não possui. Quando se faz um projeto para a pesquisa, esses recursos podem vir de empresas ou do próprio governo. Disse que no período da pesquisa não existia a Adasa fazendo o monitoramento. Comentou que a Adasa possui recursos e condições para fazer esse monitoramento. Sugeriu fazer uma discussão com a Adasa, dentro do conselho, para verificar o que pode ser mudado. A conselheira Maria perguntou se seria possível fazer uma parceria entre a Adasa e a UnB por causa da experiência de muitos anos da universidade. O conselheiro respondeu que a universidade está sempre aberta para essas pesquisas de interesse do público cabe saber a disponibilidade da Adasa. O conselheiro Vladimir/Caesb disse que esse assunto é uma discussão muito importante para a sociedade. Em relação a bacia do Melchior, gostaria de comentar todo o trabalho que a Caesb fez para melhorar as condições para a população do DF. Informou que em 2005, conforme apresentado pelo conselheiro Sérgio, o rio Melchior possuía muitos lançamentos de esgotos brutos e a Caesb, então, implantou uns receptores de esgoto. Disse que o DF tem uma malha hidrográfica limpa sendo um dos pontos mais emblemáticos e o da bacia do rio Melchior. Comentou que é importante que a comunidade solicite reivindicações, mas tem que saber porque, como, quando e qual o alcance dessas reivindicações. As condições de coletar esgoto no DF são muito distintas em relação ao resto do Brasil. Comentou que a Caesb consegue, dentro do sistema de tratamentos terciários, condições de lançar os efluentes dentro das outorgas que são apresentadas pela Adasa e dentro do licenciamento ambiental em que o Ibram exige. Informou que o rio Melchior está recebendo investimento nas estações de tratamentos. Sobre a zona de mistura, disse que está dentro da outorga permitida. Sobre os animais, informou que é difícil associar a espuma com as mortes e que teria que fazer um estudo melhor sobre o caso. Com relação ao enquadramento do rio Melchior, comentou se for alterado a classe, a Caesb perderia todo um portfólio industrial já implementado. Os picos de vazões, explicou que está proporcionado alterações na calha do rio e alargando as margens. Verificou-se uma ausência de revitalização nas margens e a Caesb tem interesse, junto com a Novacap, em fazer um processo de replantio ao longo do rio Melchior. Verificou também uma deseducação da população com relação ao despejo de resíduos nas redes coletoras e ligações irregulares de águas pluviais. A questão do monitoramento, conforme o conselheiro Ricardo comentou, a empresa não tem a menor intenção de não repassar os dados. Justificou que teve um problema interno e com pouco pessoal e não teve como atender o pedido do conselheiro. Disse que a Caesb preza pela transparência e que esses dados serão encaminhados. Finalizou dizendo que a Caesb sempre busca melhorar os seus processos. A conselheira Regina/ Fórum de Ongs parabenizou as apresentações e aos comentários do conselheiro Vladimir. Sobre um comentário da conselheira Maria, questionou sobre o quanto precisaria de recurso para empreender todas as iniciativas que precisam ser feitas. Disse que as reflexões estão muito tímidas diante dos desafios reais que tem. Comentou que quer trazer a reflexão para a essencialidade e centralidade da água nas políticas públicas. Perguntou qual iniciativa pode ter no CRH para reivindicar de fato que o governo assuma a questão da centralidade da água. Destacou que esse é o momento da técnica e do conhecimento científico enraizar em ações. Não adianta ficar só nos fundamentos, tem que ter ações e essas ações dependem dos compromissos das políticas públicas em relação a centralidade e essencialidade da água. Sugeriu que o CRH fizesse uma

Moção em que expressasse o

caráter prioritário e central, no âmbito do Estado, de trazer para a política pública a figura da água. A conselheira Raquel/Abes enfatizou os dizeres da conselheira Regina. Parabenizou o conselheiro Ricardo pela sua exposição e toda histórico que vem conduzindo o desafio do rio Melchior. Comentou que não é fácil enfrentar toda a ansiedade que tem a sociedade para ver o rio de uma outra forma e ao mesmo tempo entender toda a limitação de uma estrutura física já instalada. Apesar das mudanças, disse que tem que perseguir sempre os avanços. Ressaltou a importância da iniciativa do comitê de propor um monitoramento apesar das dificuldades. Destacou a importância de resolver o problema da poluição difusa. Disse que não vê efetividade nesse assunto e nisso gostaria de um posicionamento da Adasa, Caesb e Novacap sobre o que está acontecendo e como pode avançar no assunto. Sugeriu colocar como ponto de pauta no CRH a discussão sobre a poluição difusa que atinge todo o DF. Sobre os dados de divulgação do monitoramento, informou que tem um GT de sistema de informações de recurso hídrico desde 2019, mas que nesse ano, de 2021 não houve reunião. Disse que a Adasa está com problema institucional e por isso não está participando das discussões do grupo, mas informou que vai tomar providência no âmbito da câmara técnica. Explicou que o GT tinha como objetivo a divulgação de dados e a questão do monitoramento. Sobre o enquadramento, disse que tem que ser discutido a questão das águas pluviais porque elas têm interferência pela carga poluidora que traz. Finalizou destacando que esses pontos de discussão têm que ser resolvidos de forma rápida e objetiva no âmbito do CRH. O conselheiro José/UnB comentou que teve uma tese de doutorado, junto com a Adasa, nessa perspectiva de pensar no programa de monitoramento e nas variáveis possíveis de serem utilizadas. Informou que essa tese está concluída e publicada e que, em cima desse trabalho, foi gerado três produtos que podem ajudar no sistema de recurso hídrico, são eles: índice de saúde de ecossistema em mapa, índice para avaliação do enquadramento dos rios e um sistema de gestão para tomada de decisão. Comentou que esses produtos podem ser aperfeiçoados, discutidos e melhorados dentro do sistema de gestão pública. Enfatizou que a universidade está à disposição para fazer qualquer trabalho de interesse público. Sobre o rio Melchior, disse que fica centrada toda discussão social em cima das empresas, mas se tem uma poluição difusa, como foi mostrado pelo conselheiro Sérgio. Por outro lado, as empresas tem mais condições de recurso para liderar o processo de reagrupamento e reorganização desse problema de poluição difusa. Enfatizou dizendo que o problema do custo para não fazer o serviço é uma estratégia equivocada. A discussão econômica é apenas uma muleta para a inoperância para a estática de um sistema que é dinâmico. Isso não tem que entrar como problema e sim na planilha de custo. Concordeu que com os dizeres da conselheira Regina que tem que se pensar na água de forma clara e deixar para as gerações futuras um legado melhor. O Presidente passou a palavra para a conselheira Regina para explanar sobre a proposta de Moção. A conselheira comentou que o foco seria uma proposta de encaminhamento que a SEMA crie uma instância de convergência entre os diferentes atores que lidam com a água no DF. Disse que nas reuniões do CRH não vê espaço para se aprofundar nos assuntos a ponto de fazer demandas, criar um roteiro de intervenções ou identificar as necessidades para provocar o Estado. Solicitou aos conselheiros que ajudem na elaboração do texto da Moção. O Presidente informou que o texto da Moção vai ser pautado na primeira reunião do ano de 2022. A seguir, prosseguiu com o item 1b da pauta "Apreciação e deliberação da Ata 45ª RE do CRH/DF". O Presidente informou que a ata foi enviada anteriormente aos conselheiros e perguntou se havia considerações a fazer na Ata. A diretora de colegiados da SEMA informou que a Adasa solicitou algumas correções e ajustes que já foram acolhidas na Ata. Não havendo outras manifestações o Presidente submeteu a ata à votação e foi aprovada por unanimidade. Prosseguiu com o item 1c da pauta "Apreciação da Minuta de Resolução - Critérios gerais para a cobrança pelo uso de recurso hídricos no Distrito Federal - CTPA/CRH". O Presidente informou que esse item da pauta será suspenso pelo pedido da Adasa para dilação do prazo a vista do ocorrido na última reunião. O Presidente leu um ofício enviado pela Adasa a SEMA. Passou a palavra para o representante da Adasa explanar sobre esse ofício. A Juliana/Adasa disse que o diretor da instituição solicitou a extensão do prazo e reforçou que a Adasa está dando atenção ao tema e em paralelo está realizando os esforços para contratação do escritório de apoio e ao plano de bacia. A conselheira Raquel/Abes sugeriu que a Adasa estipulasse um prazo para fazer essas considerações em relação a Minuta de Resolução e ao compromisso de atender ao processo de cobrança. O Presidente informou que houve uma reunião do secretário do meio ambiente com o diretor da Adasa onde se comprometeu em agilizar todos os procedimentos. Prosseguiu com o item 2 Informes. Exaurida a pauta e os informes, o Presidente agradeceu a todos e declarou encerrada a reunião. JOÃO CARLOS COUTO LÓSSIO FILHO, Conselheiro Suplente da SEMA/DF, Presidente da Reunião.

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao vigésimo quarto dia do mês de novembro de dois mil e vinte e um, às nove horas, ocorreu a 39ª reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF/DF, realizada por videoconferência, atendendo à convocação do seu Presidente, o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF. Fizeram-se presentes o Conselheiro JOÃO CARLOS COUTO LÓSSIO FILHO (SEMA), que presidiu a reunião, EDUARDO CYRINO/EMBRAPA, ELONEIDE FRANÇA/CAESB, FÁTIMA AMARANTE/ÚNICA-DF, GABRIEL FONTE/SO-DF, JOSÉ GONÇALVES JUNIOR/UnB, JANAÍNA STARLING/IBRAM, LUIZ CARLOS DOS SANTOS/CACI, MAC LEONARDO SOUTO/SEAGRI-DF, MARIA CONSOLACION UDRY/FÓRUM DE ONGs, NATÁLIA CRISTINA CHAGAS MENDES TEIXEIRA/SR-DF, RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL/ABES-DF, REGINA FITTIPALDI/FÓRUM DE ONGs, RICARDO MINOTI/CBH PARANAÍBA-DF, VANDETE MALDANER/ADASA, RODOLFO BRITO/CBH MARANHÃO-DF E VANESSA GUIMARÃES

PORFIRIO/CACI. Participaram como convidados: CÁSSIA VAN DEN REUSCH/ADASA. Participaram como ouvintes: AMANDA MEIRELES/SEMA, CARLO RENAN/CAESB, HAMILTON FAVILLA/SEMA, JULIANA PINHEIRO/ADASA, MONA GRIMOUTH/SEMA, PATRICIA VALLS/SEMA e UGO ANDREAZZI/SEMA que elaborou a ata. A reunião foi Coordenada por MARICLEIDE MAIA SAID/SEMA-DICOL. O Presidente solicitou a verificação do quórum, e declarou aberta a sessão, em segunda chamada às 09h00min. Cumprimentou a todos, agradeceu a presença dos Conselheiros e deu início à reunião. Item 1. Deliberações. 1a) Apreciação e deliberação da Ata da 38ª RO. Retirado de pauta por não ter sido concluída em tempo de envio aos Conselheiros. A seguir, prosseguiu com o 1b) Apreciação e deliberação do Calendário anual de reuniões ordinárias 2022. O Presidente convidou a diretora de colegiados da SEMA, Maricleide Maia, para apresentar sugestões de datas para 2022. A Diretora de colegiados propôs o calendário para as reuniões ordinárias do Conselho, no ano de 2022: 40ª RO - 09/03/2022; 41ª RO - 25/05/2022; 42ª RO - 03/08/2022 e 43ª RO - 05/10/2022. A conselheira Raquel comentou que são poucas reuniões ordinárias por ano e muitas reuniões extraordinárias. Perguntou se poderia convocar mais reuniões ordinárias caso tenha um tema a ser tratado. A diretora de colegiados respondeu que segue o Regimento Interno do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal - CRH/DF onde informa que "reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e extraordinariamente sempre que convocado por seu Presidente". Sobre a inclusão de pauta, informou que a convocação das reuniões ordinárias tem um prazo, no mínimo, de um mês de antecedência e as reuniões extraordinárias tem um prazo, no mínimo, de oito dias de antecedência. Finalizadas as manifestações, o Presidente submeteu a aprovação do calendário anual de reuniões ordinárias para 2022. Não havendo nenhum pronunciamento, declarou aprovado o calendário anual de reuniões ordinárias para 2022. O Presidente informou aos conselheiros que o Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal - CRH/DF recebeu o pedido da presidente da Câmara Técnica Permanente de Assessoramento - CTPA, Raquel Brostel, de inclusão de dois pontos de pauta: na parte das apresentações, incluir o acompanhamento dos Programas Progestão 1º e 2º ciclos, Procomitês, e da Resolução CRH-DF nº 02/2021 e na parte dos informes, incluir a proposta do Governo Federal sobre novo "Marco Hídrico". O Presidente perguntou aos conselheiros se estão de acordo com a inclusão desses pontos na pauta. Sem manifestações contrárias, ficou aprovado a inclusão na pauta após a apresentação da Adasa. Item 2. Apresentações. 2a) Apresentação das ações para a contratação dos planos de Bacia dos Afluentes dos Rios Preto-DF e Maranhão-DF - ADASA. O Presidente convidou a representante da Adasa para fazer a apresentação das ações para a contratação dos planos de Bacia dos Afluentes dos Rios Preto-DF e Maranhão-DF. A Juliana/Adasa informou que o plano está no processo de contratação então houve alteração no formato na pesquisa de preços, inclusão da contratação do plano de segurança hídrica e atualização do plano de gerenciamento dos recursos hídricos do DF. Essas outras contratações foram agregadas no único processo licitatório dos planos de Bacia dos Afluentes dos Rios Preto-DF e Maranhão-DF e consequentemente houve um avanço na metodologia do formato que foi feito a pesquisa de preços. Informou também que teve atualização do termo de referência do edital de licitação e que já foi lavrado o parecer jurídico. Disse que nesse momento o processo está em avaliação pela diretoria colegiada da Adasa O Presidente perguntou se tem previsão para o início dessa licitação, se tem algum cronograma do prazo. A Érica/Adasa respondeu que a parte da equipe técnica foi finalizada, o parecer jurídico já foi lavrado e que agora o processo foi para aprovação da diretoria colegiada da Adasa. Depois da aprovação, vai ser lançado o edital de licitação para selecionar a empresa e em seguida a assinatura do contrato. Explicou que não pode estimar quando vai ser a assinatura do contrato porque a partir do edital de licitação, pela concorrência, são sessenta dias em que nesse período podem ocorrer alguns atrasos. A conselheira Maria Udry/Fórum de Ongs pediu que fosse disponibilizada essa apresentação para os conselheiros. A Maricleide/Sema respondeu que assim que a Adasa enviar a apresentação será encaminhada para os conselheiros. A conselheira Maria Udry/Fórum de Ongs perguntou se não deveria ter passado para o conhecimento dos conselheiros os termos de referência, dos planos de gestão de recursos hídricos do DF, que norteiam esse edital. A Érica/Adasa esclareceu que é o mesmo documento técnico apenas houve uma separação da área de abrangência. Informou que é um documento técnico que vai junto ao edital que não deve ser público porque é um documento principal. A conselheira Vandete/Adasa complementou dizendo que a Adasa está atualizando o Plano de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - PGRIH onde a sua última atualização foi em 2012. Explicou que a ideia da atualização é fazer uma compilação das informações que foram elencadas no Plano de Bacia do Paranaíba/DF e as que vão ser levantadas nos Planos de Bacias do Preto/DF e do Maranhão/DF onde se teria um único documento com todas essas informações. O conselheiro Rodolfo Brito/CBH Maranhão-DF solicitou o cronograma da contratação do Plano de Recursos Hídricos do Maranhão. Prosseguiu com o item 2b) Apresentação do Plano Plurianual de Aplicação dos Recursos do Progestão - ADASA. O Presidente convidou a representante da Adasa para fazer a apresentação do Plano Plurianual de Aplicação dos Recursos do Progestão. A Érica/Adasa compartilhou uma planilha do Plano Plurianual de Aplicação dos Recursos de Progestão 2 com as receitas e despesas previstas até 2026. Sobre os serviços de operação e manutenção da rede hidrometeorológica, informou que não conseguiu gastar os recursos nesse ano de 2021, ficando acumulado para o ano de 2022. A conselheira Raquel/Abes-DF comentou que o plano de aplicação foi apresentado em junho de 2021 na Câmara Técnica Permanente de Assessoramento - CTPA e questionou a Adasa sobre a justificativa dessa proposta. Destacou que 65% da receita do Progestão foi previsto para pagamento dos serviços de operação e manutenção da rede. Esclareceu que a natureza do serviço do Progestão é para identificar prioridades que estejam enumeradas nos planos de

bacia ou nas variáveis críticas do próprio programa do Progestão. Sobre o a contratação de serviços e estudos especializados, informou que a Adasa foi questionada para esclarecer quais seriam esses estudos, mas não obteve resposta. Disse que, como representante da Abes/DF, não aprova o pagamento do recurso do Progestão para cobrir custo de rede hidrometeorológica. A conselheira Maria Udry/Fórum de Ongs concordou que deveria ser mais detalhado a destinação dos recursos do Progestão. Destacou também que não cabe utilizar recursos do Progestão, que são para melhoria dos recursos hídricos, para manutenção de rede. Como representante do Fórum de Ongs também não aprova o pagamento do recurso do Progestão para cobrir custo de rede hidrometeorológica. O conselheiro Rodolfo Brito/CBH Maranhão-DF concordou com os posicionamentos da CTPA. A conselheira Regina/Fórum de Ongs corroborou com os dizeres das conselheiras e disse que a gestão da recursos hídricos compreende uma convergência de opiniões na interpretação de determinados aspectos para que a questão dos recursos hídricos do DF tenha cada vez mais forte uma articulação entre os diferentes atores da sociedade. Estranhou que a Adasa encaminhou apenas números sem os devidos detalhamentos. Destacou a importância da transparência para a destinação dos recursos. Questionou a Adasa do porquê de não atender as solicitações da CTPA. O conselheiro Rodolfo/CBH Maranhão-DF apoiou os encaminhamentos da CTPA. O conselheiro José/UnB apoiou os encaminhamentos da CTPA. A conselheira Vandete/Adasa respondeu que, conforme os encaminhamentos da diretoria de colegiados da Adasa e reuniões com a ANA, essa previsão de aplicação de recurso é uma estimativa do que serão aplicados os recursos ao longo do contrato do Progestão 2. Explicou que tinha uma previsão de gasto para o custeio da rede, mas que não foi utilizado porque o recurso chegou tarde e não teve tempo de fazer o planejamento. Foi utilizado recurso próprio da Adasa para custear a rede hidrometeorológica. Essa sobra de recurso do Progestão 2 de 2021 será somada aos recursos de 2022. Com relação ao detalhamento dos estudos, comentou que a Adasa não tem esse resumo. Explicou que devido as incertezas das situações hidrológicas, como escassez hídrica e enchentes, fica difícil fazer um planejamento de estudo hidrológico. Reforçou que o contrato com a ANA prevê um simples reporte de recurso. Informou que a estratégia adotada, com a orientação da equipe do Progestão da ANA, foi que indique os gastos que vão ser aplicados de uma maneira bem genérica para que depois não tenha que solicitar alterações muito significativas. Com relação ao reporte das informações para a CTPA, explicou que a Adasa entende que esse detalhamento, tanto não é exigido pela ANA quanto não é necessário nesse momento. O conselheiro Rodolfo Brito/CBH Maranhão-DF manifestou que a Adasa precisa investir em participação social, transparência e planejamento junto à CTPA e aos CBHs, premissas fundamentais da PNRH. Considerou grave que a aplicação dos recursos do Progestão não está sendo feita em conjunto com os CBHs do DF. A conselheira Raquel/Abes-DF ressaltou que a prioridade no Progestão são os planos de bacias sendo a natureza desse estudo. As recomendações do Plano de Bacia do Paranaíba/DF, que já está pronto, não foram abordadas. Exaltou que as propostas dos entes não foram ouvidas. Disse que a Adasa é a gestora do programa, mas todos os entes participaram com as suas obrigações. Questionou se essa demanda da Adasa, de cobrir o custeio, é prioridade para os entes também. O conselheiro Rodolfo Brito/CBH Maranhão-DF sugeriu para a Adasa algumas reuniões preliminares antes da conclusão dos termos de referência. Disse que isso não prejudica em nada o sigilo da licitação, apenas pontua os produtos a serem contratados respeitando as diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH. A conselheira Raquel/Abes-DF perguntou para a Adasa o que tem que ser deliberado nessa reunião a respeito da proposta do plano de investimento. A conselheira Vandete/Adasa respondeu que, como é uma apresentação, serão recebidos as contribuições e os encaminhamentos dos conselheiros. Informou que a pauta da reunião não é de natureza deliberativa. A conselheira Regina/Fórum de Ongs sugeriu, acolhendo o que já foi conversado, que a Adasa promova um encontro com os entes que participam do Progestão para acolher as sugestões e finalizar esse trabalho. A conselheira Maria Udry/Fórum de Ongs comentou que queria uma resposta mais objetiva com relação a aplicação do recurso de custeio. Como essa aplicação não está prevista no Progestão, gostaria que o conselho tomasse uma posição a respeito disso. Sugeriu que enviasse um ofício a Adasa com a inclusão de todos os problemas discutidos nessa reunião, como por exemplo o não cumprimento da função de gestora da Adasa, que os recursos sejam destinados ao Progestão e não ao custeio e pontuar as considerações dos conselheiros da falha do sistema de gestão. A conselheira Raquel/Abes-DF sugeriu que a proposta de aplicação de recursos seja reavaliada considerando as orientações da própria ANA (Planos de Bacia e Variáveis críticas) e a participação e sugestão dos entes. Sugeriu que o ofício seja enviado à Adasa e à ANA, incluindo todos os pontos que a Adasa tem tido dificuldade para cumprir. O conselheiro Ricardo/CBH Paranaíba-DF disse que o ofício tem que contemplar que uma série de itens não estão sendo atendidos pela Adasa e fazer para que cumpra com todas essas funções que nesse momento não estão sendo atendidas. O Presidente colocou em votação a sugestão da conselheira Maria Udry/Fórum de Ongs de enviar um ofício à ADASA e a ANA, informando sobre todos os questionamentos que foram colocados nessa reunião. Por maioria absoluta, fica aprovado a elaboração de um ofício nos termos que foi encaminhado. O item 2c) Apresentação das ações para contratação do escritório de apoio aos Comitês - ADASA. A conselheira Vandete/Adasa informou que essa discussão já foi feita na CTPA e na reunião do CBH Paranaíba/DF. Essa contratação do escritório de apoio surgiu da revisão das atividades da coordenação da agência de bacia, que era a coordenação que administrava os três comitês de bacia do DF. Disse que foi um remanejamento de estrutura da nova diretoria de colegiados da Adasa. Foram feitas reuniões com a ANA que indicou os modelos administrativos que estão vigentes no país. Esse estudo foi objeto de discussão e apreciação da Adasa no ano de 2020, no próprio âmbito da câmara técnica, onde resultou em uma Nota Técnica nº 003/2020 onde teve que

estudar os modelos de entidade delegatária que executam o papel de agência de bacia. Depois de estudos e discussões, comentou que chegou em um formato que é adotado pela Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Santa Catarina que adotou esse modelo em 2017 e com esse modelo atende dezesseis CBHs com o apoio de sete entidades sem fins lucrativos que executam a função de entidades executivas. Como não se tem ainda a cobrança, a Adasa entendeu que seria melhor contratar essas entidades sem fins lucrativos para finalização do termo de referência, onde os comitês irão participar desse processo. Esclareceu que já foi elaborado um projeto onde a diretoria de colegiados da Adasa já apreciou e aprovou e agora essas propostas serão levadas para os comitês para que se tenha sugestões e contribuições. O conselheiro Ricardo/CBH Paranaíba-DF parabenizou a apresentação e gostaria de fazer algumas colocações sobre o assunto. Lembrou que nas reuniões dos comitês já tinha essa preocupação da contratação do escritório de apoio e o assunto foi levantado em uma reunião com a diretoria da Adasa. Disse que a Adasa pediu para os comitês quais seriam as necessidades básicas para cumprir as suas funções. Em resposta, os comitês enviaram uma lista de demandas para Adasa. Questionou o porquê dessa discussão está ocorrendo primeiro em uma reunião do CRH antes de uma reunião dos comitês de bacias onde o colegiado dos comitês é diferente do colegiado do CRH. Ressaltou a importância da celeridade desse processo e que essa pauta passe pelos comitês para que se conheça as regras de contratação e saber das atividades que vai exercer esse escritório de apoio. Lembrou que o processo de contratação da estrutura de apoio, que atue como secretaria executiva, não impede que a Adasa mantenha todas as funções da secretaria executiva dos comitês em pleno funcionamento até que o processo seja finalizado. Informou que tem uma série de questões para serem resolvidas como a falta de apoio da Adasa para com os comitês, o não cumprimento dos comitês das funções dos Procomitês e por isso devem perder o recurso do orçamento, o site dos comitês de bacia não funciona e por isso está sem poder disponibilizar informações para a sociedade e o processo de capacitação dos comitês que não houve esse ano. Finalizou comentando da necessidade do apoio da secretaria executiva para que os comitês continuem funcionando. A conselheira Regina/Fórum de Ongs pediu uma explicação para o representante da Adasa sobre esses fatos que ocorreram nos CBHs. A conselheira Vandete/Adasa disse que só poderia explicar o que foi exposto na apresentação e que encaminharia a diretoria da Adasa a necessidade de dar celeridade ao escritório de apoio para subsidiar a secretaria executiva. Conforme foi acertado no começo da reunião, o Presidente passou a palavra para a presidente da Câmara Técnica Permanente de Assessoramento – CTPA, Raquel Brostel para fazer a apresentação sobre as atividades de acompanhamento da CTPA dos Programas Progestão 1º e 2º ciclos, Procomitês, e da Resolução CRH-DF nº 02/2021. A Raquel agradeceu a oportunidade e informou que a CTPA tem a competência e a obrigação semestralmente de trazer ao conselho a situação do Progestão, do Procomitês e da Resolução CRH-DF nº 02/2021. Explicou que vem solicitando as informações aos entes responsáveis pelos programas e a Resolução. A questão do Progestão – 1º ciclo, disse que ele foi finalizado em 2020 (referente a 2019); teve uma nota final de 97,11% e obteve um recurso total do programa de aproximadamente de 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) distribuídos na elaboração do PRH Paranaíba-DF, rede de monitoramento e elaboração dos PRH Preto-DF e PRH Maranhão-DF, incluindo a atualização do PGIRH. Lembrou que já foi objeto de conflito no Progestão 1 a rede monitoramento como item da aplicação do recurso. Sobre o Progestão – 2º ciclo, informou que o recurso financeiro do programa aumentou; obteve uma nota final de 99,43% e na avaliação 2021 (referente a 2020) foi cumprida as Metas Federativas, aprovação do Quadro de Metas e o relatório de autoavaliação. A respeito da avaliação 2022 (referente a 2021), vai ter também o cumprimento das Metas Federativas, aprovação do Plano Plurianual de Aplicações de Recursos, relatório de Autoavaliação e relatório de Autodeclaração. Explicou que o envio do Plano Plurianual de Aplicações de Recursos é necessário para conseguir o recurso do ano que vem. Compartilhou com os conselheiros um trecho do ofício nº 1/2021 da ANA que traz orientações ao CRH sobre proposta de aplicação dos recursos. Disse que tem que ter essa orientação sobre a aplicação dos recursos onde não parece estar sendo retratado na proposta que foi trazida pela Adasa. Reforçou que essa orientação foi feita para o CRH e por isso cabe aos conselheiros uma reflexão bem objetiva sobre a prioridade da aplicação dos recursos. Sobre os Procomitês, informou que o recurso financeiro do programa tem no máximo 900.000,00 (novecentos mil reais); teve início em 2019 e uma nota final de 97,10% na avaliação em março de 2020. Salientou que a avaliação de março de 2021 (referente a 2020) não foi enviada à ANA e por isso não terá recurso esse ano de 2021. A mesma coisa com a avaliação de março de 2022 (referente a 2021) e o plano de capacitação dos CBHs que não tem o relatório para ser enviado. Destacou que houve uma descontinuidade do apoio da Adasa aos comitês provocando uma perda de recursos. Sobre a Resolução do CRH-DF nº 02/2021, informou que está sendo atualizada e que ela trata da Resolução nº 02/2014 que fala do enquadramento dos corpos de água superficiais do DF onde cita uma série de itens e compromissos para a implementação dos instrumentos de políticas de recursos hídricos. Sobre a base hidrográfica, citada no art. 1º, inciso I, comentou que foi constituído um GT para atualização e adequação da base hidrográfica; foi usado a base Ottocodificada da ANA; adoção do estudo das toponímias e as informações vão ficar disponíveis no Sistema Distrital de Informações Ambientais - SISDIA. Disse que ficará pendente a integração com o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos – SIRH. Ressaltou que o importante é que todas as etapas principais da base hidrográfica foram concluídas e tem um caráter de atualização contínua. Sobre o SIRH, citado no art. 1º, inciso II, comentou que foi constituído um GT em 2019; nas reuniões houveram discussões técnicas sobre qualidade da água e indicadores, com posterior implementação dos indicadores do SIRH como Índice de Qualidade das Águas - IQA, Índice de Conformidade ao Enquadramento - ICE e Índice do Estado Trófico - IET.

Informou que em 2021, o GT não teve mais reuniões, não trabalhou na integração de dados e que a Adasa, coordenadora do grupo, informou que não foi possível priorizar essa atividade. Sobre os relatórios anuais no art. 1º, inciso III, informou que não teve a publicação do relatório analítico no ano de 2020 e 2021 onde é de obrigação da Adasa. Sobre os Planos de Recursos Hídricos - PRHs no art. 1º, inciso IV, informou que estão dentro do prazo e espera que essa contratação dos planos da Bacia dos Afluentes dos Rios Preto-DF e Maranhão-DF seja efetivada no ano de 2022. E por último, sobre a revisão do Enquadramento no art. 1º, inciso V, informou que essas discussões já foram iniciadas no CBH Paranaíba-DF e entende que é possível terminar essa revisão até dezembro de 2022. O conselheiro Ricardo/CBH Paranaíba-DF comentou sobre os dados que esse relatório sobre os corpos hídricos do DF tem que passar pelos comitês para aprovação e depois para apreciação do conselho. Disse que a Adasa tem apresentados os dados quando solicitado, mas esse relatório traz uma análise mais aprofundada sobre a situação e os avanços importantes para a discussão do enquadramento. Item3. Informes. 3a) Relatórios analíticos consolidados sobre os resultados do SIRH, dos anos de 2020 e 2021 a serem apreciados pelos CBHs Distritais. O Presidente convidou o representante da Adasa para falar sobre os relatórios. A Juliana/Adasa comentou que a Adasa está à disposição para realizar essa apresentação conforme agendamento e alinhamento de agendas dos comitês. Prosseguiu com o item 3b) Plano de Capacitação do Progestão. O Presidente convidou a senhora Cássia para explanar sobre o informe do Plano de capacitação. A Cássia/Adasa lembrou que ele foi aprovado no dia 24 de maio pelo conselho e no dia 8 de abril foram encaminhados o plano, a programação anual e a resolução de aprovação do conselho à ANA. O plano de capacitação será certificado pela ANA durante quatro anos. Disse que essa certificação preencherá uma planilha, que a ANA disponibiliza, com todos os pontos focais das instituições. A planilha terá os dados de cada servidor que realizou o curso de capacitação. Enfatizou que é importante que todos os servidores enviem as suas instituições os certificados. No dia 6 de outubro ocorreu a primeira avaliação com a CTPA onde foi estabelecido em conjunto que até o dia 10 de dezembro, todos os entes vão receber os certificados dos seus servidores. O item 3c) Informes Gerais. O Presidente informou aos conselheiros que o Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF recebeu o pedido da presidente da Câmara Técnica Permanente de Assessoramento – CTPA, Raquel Brostel, de inclusão na parte dos informes a proposta do Governo Federal sobre novo "Marco Hídrico". Explicou que o "Marco Hídrico" vai trazer proposta de alteração na política de recursos hídricos como por exemplo os planos de bacia seriam aprovados pelos conselhos federais e não pelos comitês. Disse que pesquisou sobre o assunto, mas a única informação que obteve é que a proposta será apresentada no CNRH. Destacou que essa proposta vem sem nenhuma discussão com os entes do sistema. Sugeriu que todos que atuam nessa área, de gestão de recursos hídricos, se manifestem sobre a necessidade que esse novo "Marco Hídrico" seja discutido. A conselheira Regina/Fórum de Ongs informou que foi criado um grupo para elaborar uma Moção que foi aprovada na última reunião ordinária do conselho. Disse que o grupo está aberto a todos os conselheiros que quiserem contribuir. O conselheiro Rodolfo/CBH Maranhão-DF concordou com os dizeres da conselheira Raquel que tem que se preocupar com essa proposta do "Marco Hídrico". Exaurida a pauta e os informes, o Presidente agradeceu a todos e declarou encerrada a reunião. JOÃO CARLOS COUTO LÓSSIO FILHO, Conselheiro Suplente da SEMA/DF, Presidente da Reunião.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 09 JUNHO DE 2022

Estabelece os procedimentos para os estudos de fauna no âmbito do Licenciamento Ambiental e da Autorização para Supressão de Vegetação.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI, IX, XIX, do artigo 3º, da Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007, e os incisos I e II do artigo 60, do Decreto nº 39.558, de 20 de dezembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Instituto Brasília Ambiental, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Estabelecer os procedimentos para a elaboração e análise dos estudos de fauna no âmbito do licenciamento ambiental e da Autorização para Supressão de Vegetação - ASV.

Art. 2º Para efeito desta Instrução entende-se por:

I - Adesão e Compromisso: regime pelo qual o responsável legal se compromete com o cumprimento de condicionantes preestabelecidas pelo órgão ambiental, aplicado às atividades cujas consequências sobre o ambiente sejam conhecidas, conforme Lei nº 6.269, de 29 de janeiro de 2019;

II - Análise Ordinária: submissão de plano de trabalho previamente à realização do estudo para análise pelo Brasília Ambiental;

III - Área Alvo de Supressão de Vegetação - AASV: área na qual há a supressão de vegetação nativa;

IV - Área Diretamente Afetada - ADA: área na qual o empreendimento licenciável é instalado, incluindo os locais efetivamente afetados pelos projetos e obras, bem como as estruturas do empreendimento, correspondendo assim à área que sofrerá impactos ambientais mais significativos previstos durante as diferentes fases do empreendimento;

V - Área de Influência Direta - AID: área em que os impactos gerados afetam diretamente o meio ambiente e a sociedade, engloba a ADA, e geralmente corresponde à área adjacente ao empreendimento e à unidade hidrográfica em que este se localiza;